

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E LABORAL DAS TRABALHADORAS DO SUS: UM ESTUDO DE CORTE TRANSVERSAL.

Loren Cristiny Goese Mozer¹, Rogério Oliveira Faleiros², Maira Motta Passos Costa Sodré³,
Andressa de Souza Calente Morais⁴, Heleticia Scabelo Galavote⁵, Ana Paula Costa Velten⁶

Ciências da Saúde

Introdução e Objetivo

O trabalho é uma das atividades humanas centrais na organização da vida social. Para além de sua dimensão produtiva, representa um espaço simbólico de construção de identidade, relações interpessoais e significação pessoal. De acordo com Dejours (2006), o trabalho configura-se como um mediador entre o inconsciente do sujeito e o campo social, sendo fonte de realização, prazer e reconhecimento, mas também de sofrimento, desgaste emocional e adoecimento psíquico.

A experiência do trabalhador, portanto, não é neutra, uma vez que se dá dentro de um campo relacional em que se estabelecem dinâmicas de poder, valorização, cooperação ou exclusão. O prazer no trabalho surge, principalmente, quando há reconhecimento simbólico da contribuição individual para um processo coletivo (Galavote, 2013). Por outro lado, a ausência de reconhecimento, a sobrecarga e as relações marcadas por assédio, violência ou discriminação tornam-se fatores que ampliam o sofrimento e a desvalorização do sujeito no ambiente de trabalho (Dejours, 2006).

Essa problemática se intensifica quando se introduz a variável de gênero. Mulheres, especialmente em espaços como o Sistema Único de Saúde (SUS) — onde representam 74% da força de trabalho — são historicamente mais vulneráveis a situações de violência, assédio moral e sexual, sobrecarga laboral, desvalorização e invisibilidade profissional. A pesquisa *Violência contra Mulheres em Dados – 2020* revelou que 76% das mulheres já sofreram

¹ Graduanda em Enfermagem, Universidade Federal do Espírito Santo- UFES, lorenmozer@gmail.com.;

² Doutor em Biologia Comparada, Universidade de São Paulo- USP, rogerio.o.faleiros@ufes.br;

³Graduada em Enfermagem e Obstetrícia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, enfmairamotta@hotmail.com;

⁴ Graduada em Odontologia, Universidade Federal do Espírito Santo- UFES, andressacalente@hotmail.com;

⁵ Doutora em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo- UFES, heleticia.galavote@ufes.br;

⁶ Doutora em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo- UFES, ana.velten@ufes.br.

algum tipo de violência ou assédio no ambiente de trabalho e 92% delas percebem-se mais vulneráveis a esse tipo de situação do que os homens.

Diante desse contexto, e através da Portaria nº 230/2023, o Ministério da Saúde instituiu o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no SUS, com o objetivo de enfrentar desigualdades estruturais, promover a saúde mental e garantir um ambiente de trabalho digno e seguro para as mulheres. Em consonância com esse programa, o Edital nº 11/2023 do PET Saúde Equidade busca fomentar projetos que analisem e enfrentem essas desigualdades, valorizando a experiência e a saúde das trabalhadoras do SUS.

Neste sentido, a avaliação da qualidade de vida das trabalhadoras do SUS, bem como da qualidade dos serviços prestados, torna-se essencial para compreender quais são os fatores que impactam diretamente ou indiretamente na assistência de saúde prestada por essas trabalhadoras. Condições como vínculo empregatício único, dedicação exclusiva e diminuição expressiva do trabalho noturno podem promover um maior bem-estar das profissionais, contribuindo para melhores práticas assistenciais. Além disso, a educação permanente e a formação continuada possibilitam atualizações contínuas frente às novas abordagens e técnicas em saúde, fortalecendo a qualidade do cuidado e a valorização do trabalho no SUS.

Assim, o presente estudo objetivou analisar o perfil sociodemográfico e laboral das trabalhadoras do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de São Mateus/ES. Foram considerados aspectos relacionados à faixa etária, nível de escolaridade, funções desempenhadas, número de vínculos empregatícios, jornada de trabalho, participação em processos de educação permanente, acesso a Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), ocorrência de acidentes com material perfuro-cortante e o acolhimento recebido após tais incidentes.

Método e Metodologia

Trata-se de um estudo observacional, transversal e quantitativo, realizado com mulheres profissionais de saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de São Mateus (ES), município com aproximadamente 123 mil habitantes. A rede local conta com 23 UBSs e outros serviços de saúde. Em julho de 2024, havia 396 profissionais de saúde mulheres cisgênero, compondo o universo da pesquisa.

A seleção foi feita por amostragem aleatória simples com base em lista nominal fornecida pela gestão municipal. A coleta de dados foi realizada pela equipe do projeto, utilizando um questionário estruturado digital (Google Forms), com 70 questões sobre perfil sociodemográfico, saúde, maternagem, violência no trabalho e saúde mental.

Para rastreio de Transtornos Mentais Comuns, foi utilizado o SRQ-20, com ponto de corte ≥ 7 , validado para o Brasil. A coleta ocorreu presencialmente nos serviços de saúde, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados foram organizados no Excel e analisados no software SPSS 20.0. A pesquisa seguiu os princípios da Resolução 466/2012 do CNS e foi submetida ao Comitê de Ética (CEUNES/UFES) com aprovação pelo parecer 7.121.502.

Discussão e Resultados

A análise do perfil sociodemográfico e profissional das trabalhadoras da saúde no município de São Mateus/ES revela uma força de trabalho composta predominantemente por adultas de meia idade, com níveis de escolaridade mais elevados. A maior concentração das participantes está na faixa etária entre 40 e 49 anos (26,5%), seguida por mulheres de 30 a 39 anos (22,7%) e 50 a 59 anos (21,8%). Essa distribuição aponta uma força de trabalho mais experiente, que já passou por diversas experiências e que possivelmente vivenciaram transformações no setor da saúde.

No que se refere à escolaridade, observa-se uma população com nível de escolaridade significativa. Há um equilíbrio entre participantes do ensino médio (28,4%) e ensino superior (28,4%). Há também um percentual expressivo de trabalhadoras com pós graduação (23,0%). Isso revela um cenário favorável à complexidade das atribuições no SUS, que exigem conhecimento técnico e científico, como na integralidade de cuidado, o uso de tecnologias em saúde e a atuação em equipe multidisciplinar.

Em relação às funções desempenhadas, destaca-se a ampla diversidade de cargos. Os grupos predominantes são os de auxiliares administrativos/recepcionistas (26,8%) e agentes comunitários de saúde (13,9%). Essa composição reforça o caráter multiprofissional do SUS.

A maioria das participantes (79,8%) possui apenas um vínculo empregatício, o que pode ser interpretado como um indicativo de estabilidade no emprego. No entanto, a existência de

múltiplos vínculos (20,2% somado entre dois e três empregos) evidencia a realidade de sobrecarga e a necessidade de complementar renda, uma condição que, frequentemente, é associada ao adoecimento psíquico e ao esgotamento físico.

Relacionada a jornada de trabalho, 82% das participantes relataram não atuar em turno noturno, o que pode estar relacionado ao perfil das unidades de saúde e ao predomínio de vínculos administrativos ou de horário comercial. A análise da educação permanente revelou que 47,3% das profissionais relataram acesso frequente a essas ações, enquanto 38,5% afirmaram não receber esse tipo de oferta, e 14,2% disseram que ela ocorre raramente. Apesar do número positivo de ações de formação, a ausência de acesso regular para uma parcela da pesquisa pode comprometer a atualização dos saberes, a educação permanente é uma diretriz essencial para a qualificação do cuidado e fortalecimento da autonomia dos trabalhadores.

No que diz respeito à segurança no trabalho, 66,6% das participantes afirmaram ter acesso a Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), enquanto 22,1% relataram não recebê-los e 11,4% disseram ter apenas eventualmente. A presença de uma quantidade significativa das profissionais sem cobertura adequada, representa um fator de risco relevante, especialmente em áreas de maior exposição biológica ou com atividades assistenciais diretas.

A ocorrência de acidentes com perfurocortantes foi relatada por 13,6% das trabalhadoras. Embora o número não represente a maioria, é expressivo e requer medidas preventivas mais eficazes. Entre essas profissionais, 73,3% receberam orientações ou atendimento após o incidente, o que demonstra a presença de protocolos institucionais de suporte. Contudo, revela-se que 22,2% não receberam qualquer tipo de acolhimento, o que é preocupante para a biossegurança e da responsabilidade institucional frente a acidentes de trabalho.

Considerações Finais

O estudo teve como objetivo identificar o perfil sociodemográfico e de saúde das trabalhadoras do SUS no município de São Mateus/ES. Os dados analisados revelam uma força de trabalho predominantemente adulta, com elevada qualificação escolar e ampla diversidade de funções no setor público de saúde.

A maioria das participantes possuem um vínculo único de trabalho e atua em turnos diurnos, o que pode indicar certa estabilidade e regularidade da jornada de trabalho. Por outro lado, a

expressiva presença de profissionais em funções administrativas e técnicas, associada à ocorrência de acidentes de trabalho e desigualdade no acesso à educação permanente e aos EPIs, evidencia certas vulnerabilidades importantes.

A pesquisa cumpre seu propósito ao traçar um panorama detalhado sobre as condições de trabalho e saúde das mulheres que atuam na rede municipal, que consequentemente, traz contribuições relevantes para a formulação de políticas de gestão do trabalho e de promoção da saúde mental.

O estudo respondeu ao seu objetivo central e permitiu levantar hipóteses importantes sobre fatores associados ao sofrimento e às estratégias de enfrentamento das trabalhadoras, como a relação entre formação profissional, suporte institucional e saúde mental. Assim, esta pesquisa não apenas descreve uma realidade, mas também aponta caminhos para ações concretas de cuidado e gestão, contribuindo para a construção de ambientes de trabalho mais seguros e promotores de saúde no SUS.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 230, de 7 de março de 2023. Brasília, 2023. Disponível em:

[https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-230-de-7-de-marco-de-2023-46792551](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-230-de-7-de-marco-de-2023-467925518)

8. Acesso em: 18 ago. 2025.

DEJOURS, Christophe. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GALAVOTE, Heletícia Scabelo. Alegrias e tristezas no cotidiano de trabalho do Agente Comunitário de Saúde: cenários de paixões e afetamentos. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Saúde da Comunidade, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.